



Universidade de Brasília  
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas  
Departamento de Administração  
Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal

ALEX FERNANDO RODRIGUES

**A RELAÇÃO ENTRE O GRAU DE ESCOLARIDADE E A REINCIDÊNCIA NO  
SISTEMA PENAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

ANÁPOLIS – GO

2019

RODRIGUES, Alex Fernando.

A relação entre o grau de escolaridade e a reincidência no sistema penal nos municípios brasileiros / Alex Fernando Rodrigues, Anápolis: Universidade de Brasília; Orientador: Prof. Nilton Oliveira Silva. 2019. 39 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Especialização em Gestão Pública Municipal - Universidade de Brasília, Departamento de Administração, 2019.

Bibliografia.

1. Escolaridade.
2. Reincidência Criminal.
3. Segurança pública.

**Universidade de Brasília – UnB**

**Reitora:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Márcia Abrahão Moura

**Vice-Reitor:**

Prof. Dr. Enrique Huelva

**Decana de Pós-Graduação:**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Helena Eri Shimizu

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão  
Pública:**

Prof. Dr. Eduardo Tadeu Vieira

**Chefe do Departamento de Administração:**

Prof. Dr. José Márcio Carvalho

**Coordenadora do curso de Especialização em Gestão Pública Municipal**

Profa. Dr<sup>a</sup>. Fátima de Souza Freire

ALEX FERNANDO RODRIGUES

**A RELAÇÃO ENTRE O GRAU DE ESCOLARIDADE E A REINCIDÊNCIA NO  
SISTEMA PENAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

Monografia apresentada ao Departamento de  
Administração como requisito parcial à  
obtenção do certificado de especialista (*lato  
sensu*) em Gestão Pública Municipal.

Professor Orientador: Nilton Oliveira da Silva

ANÁPOLIS – GO

2019

ALEX FERNANDO RODRIGUES

**A RELAÇÃO ENTRE O GRAU DE ESCOLARIDADE E A REINCIDÊNCIA NO  
SISTEMA PENAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS**

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade de Brasília do (a) aluno (a)

**ALEX FERNANDO RODRIGUES**

Nilton Oliveira da Silva

Professor-Orientador

Tales Ramos Monteiro dos Santos

Professor-Examinador

Sonirza Corrêa Marques

Professor-Examinador

Brasília, 27 de abril de 2019.

## **RESUMO**

Este trabalho busca uma relação entre o grau de escolaridade e a reincidência criminal no Brasil, sendo ela direta ou indireta. Para tanto, são analisados dados de órgãos de pesquisa brasileiros e internacionais, tanto dos números de reincidência criminal, no Brasil e no mundo, como também os números referentes aos fatores que influenciam na vida e no comportamento das pessoas, como acesso à educação, saúde e alimentação digna. O objetivo é fazer uma análise acerca das causas que levam um indivíduo a voltar para o sistema carcerário após cumprir uma sentença que lhe foi imposta pela prática de um crime. Aborda-se sobre as políticas públicas no âmbito dos municípios e suas relações com a vulnerabilidade do indivíduo. Deste modo, conclui-se este artigo sugerindo políticas públicas voltadas à redução da violência e consequente reincidência criminal.

Palavras-chave: Escolaridade. Reincidência Criminal. Segurança pública.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Número de apenados, não reincidentes e reincidentes por faixa etária: .....	21
Tabela 2 – Número de apenados, não reincidentes e reincidentes por escolaridade: .....	25
Tabela 3 – Pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo o sexo e o nível de escolaridade no Brasil em 2009 .....	26

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU - Organização das Nações Unidas

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

UNDP - United Nations Development Programme

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	8
1.1	Contextualização .....	9
1.2	Formulação do problema .....	10
1.3	Objetivo Geral .....	11
1.4	Objetivos Específicos .....	11
1.5	Justificativa .....	12
2	REVISÃO TEÓRICA .....	13
2.1	A reincidência criminal no contexto brasileiro .....	13
2.1.1	As influências do grau de escolaridade para problemas sociais.....	15
2.2	As políticas públicas como alternativa social .....	16
3	MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	18
3.1	Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa .....	18
3.2	Caracterização da organização, setor ou área <i>locus</i> do estudo.....	18
3.3	População e amostra ou Participantes da pesquisa.....	18
3.4	Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa .....	19
3.5	Procedimentos de coleta e de análise de dados .....	19
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	20
4.1	Má qualidade do ensino gera desigualdade socioeconômica .....	25
4.2	A vulnerabilidade socioeconômica como gatilho para a reincidência .....	28
5	CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	33
	REFERÊNCIA.....	35



## 1. INTRODUÇÃO

Ao se verificar os relatórios que tratam sobre o tema da violência, como o emitido pelo Conselho Nacional de Justiça (Ipea, 2015), é possível inferir que a violência se apresenta como um problema crescente na sociedade. Neste interim busca-se compreender qual o motivo que levaria o ser humano a entrar no mundo do crime e muitas vezes nele permanecer. E o porquê de o Estado preferir, em alguns casos, uma política pública de repressão do que a preventiva, já que esta pode ser considerada o caminho mais sustentável do que apenas punir as transgressões (FREITAS; RAMIRES, 2011; FORATO; BELUCO, 2019).

Na teoria de Lombroso (2007), existem características físicas que definem se um homem é ou não um criminoso. O seu estudo se embasou em pesquisas com a população carcerária da época, além de centenas de autopsias. Em sua concepção, fatores externos não seriam fortes o suficiente para que um homem fora desses padrões identificados por ele, pudesse se tornar um criminoso.

Por outro lado, estudos como Saporì, Santos e Wan Der Maas (2017) verificaram que ao diagnosticar a reincidências criminal em um estado brasileiro, foi possível identificar que há uma influência de fatores individuais relacionados com perfis sócio demográficos. Neste contexto, estudos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea (2015) concluíram que, para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de assassinatos nos municípios.

Diante da divergência de pensamentos na literatura acadêmica e na sociedade, este trabalho busca apresentar a existência da relação entre a escolaridade e o crime por meio da análise de alguns relatórios emitidos por órgãos governamentais e não-governamentais a respeito do tema. A compreensão deste fato, pode servir como fonte aos gestores governamentais para a elaboração de suas políticas públicas, em especial no âmbito municipal, haja vista que tais políticas públicas agem mais diretamente e se aproximam das pessoas e dos problemas sociais. E no caso de segurança pública, transmitem a sociedade a concretização do anseio em viver segura (XAVIER, 2008).

Ao final espera-se demonstrar de forma clara a existência de relação entre o grau de escolaridade e a reincidência criminal brasileira. Outro fator que se pretende demonstrar é o caminho percorrido pela educação com a execução de políticas públicas de melhoria, a partir de exemplos internacionais, a fim de que produza uma sociedade com baixa reincidência criminal. Além dessa parte introdutória, que contextualiza o tema e define os seus propósitos,

a sessão 2 apresenta a revisão da literatura a respeito da reincidência criminal e políticas públicas. A sessão 3 trata dos procedimentos metodológicos para a coleta de dados e a técnica de pesquisa utilizada, seguido pela sessão 4, na qual estão apresentados os resultados e discussões sobre o problema de pesquisa e por fim a sessão 5 apresenta as considerações finais.

## **1.1 Contextualização**

Os debates sobre segurança pública no Brasil, aumento da violência e avanço da criminalidade se tornaram mais frequentes após a mudança ideológica partidária nas eleições de 2018. Porém, este fato não é uma novidade nos debates acadêmicos. Em 1989, Adorno e Bordini realizaram uma pesquisa para levantamento da reincidência criminal no estado de São Paulo entre os anos de 1974 e 1976, verificando que dos 252 sentenciados libertados, 46,03% era reincidentes.

Estes não foram os únicos pesquisadores sobre o tema. Em 2007, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) que é uma organização sem fins lucrativos estruturada para atuar como espaço permanente de debate a respeito do tema, criou a Revista Brasileira de Segurança Pública dedicada à promoção e disseminação da produção acadêmica sobre assuntos relacionados à segurança pública. Estas publicações permanecem sendo realizadas até o presente momento.

Porém, o debate não se restringe aos pesquisadores somente. A grande mídia tem constantemente apresentado informações sobre tal tema, permitindo que os cidadãos sejam “opinadores” conscientes. Dentre os assuntos, está a questão das ineficiências das políticas públicas na melhora da vida social que segundo Fonseca, Marques e Nogueira Junior (2014), tais políticas devem ser, na medida do possível, relacionadas a estratégias preventivas.

Sabe-se que a melhora do ambiente e das condições sociais podem levar a uma minimização de atos violentos e a redução de criminalidade. Logo, o Estado age como uma fonte garantidora dessa promoção de direitos (FONSECA et al., 2014). Dentre os fatores mais exigidos pela sociedade está a melhora na educação, já que é ela que assume a centralidade na proporção do bem-estar social (ABRAHÃO, 2005).

Para Adorno (1996) “não é incomum suspeitar-se de que um conjunto de circunstâncias sociais impede a alguns cidadãos o acesso à escola e ao ensino, mesmo fundamental, do que resultam em fortes pressões para delinquir”. Assim, o desenvolvimento de um país está diretamente proporcional à educação do seu povo

Segundo Freitas e Ramires (2011) é comum também que a sociedade tenha um ponto de vista que no exemplo de jovens pobres com baixa escolaridade, principalmente em situações de risco, sejam potencialmente levados ao desejo de consumo e realizem qualquer tarefa para sua remuneração, dentre elas o crime. A falta de uma educação de qualidade afeta os diversos setores da sociedade, como o do mercado de trabalho, deixando os indivíduos às margens da sociedade.

A relação de causa e consequência da criminalidade é algo a ser verificado. Sendo assim, um levantamento de dados realizados pelo CNJ em cooperação com o Ipea, em 2015, (Ipea, 2015) buscou apresentar informações a respeito da reincidência criminal, fato este que tem sido debatido com maior frequência, visto que segundo a consolidação jurídica e o senso comum, no Brasil, a taxa de reincidência criminal supera 70% (SAPORI et al. 2017).

## **1.2 Formulação do problema**

A busca pela elaboração de políticas públicas que possam minimizar os efeitos crescentes da reincidência criminal passa pelos diversos entes federativos. Para Oliveira, Tonelli e Pereira (2013), a problemática da segurança pública é dever do Estado, já que por instituição constitucional, é de sua responsabilidade a elaboração de políticas públicas pertinentes ao tema.

Para os autores, a nova realidade social requer mudanças na concepção de medidas ao combate à criminalidade de forma que a administração pública e a sociedade civil assumam uma concepção eficiente de melhora na qualidade da segurança pública por meios de execuções governamentais preventivas e eficazes para a melhora da qualidade e do bem-estar social. Sendo assim, há uma maximização no papel do município, uma vez que há maior capacidade de aproximação da comunidade local.

Conforme Mathias (2010), os municípios dispõem de melhor eficácia para prevenir o crime e a desordem, pois concentram melhor atributos para a qualidade de vida e demandas

sociais. No entanto, as especificidades dos municípios brasileiros que caracterizam uma multiplicidade de realidades socioeconômicas, dificultam a realização de políticas sociais eficientes, quando pensadas em conjunto (SOBRINHO, INOJOSA, 2005).

Assim há uma dificuldade de gestão social ocasionando a desigualdade social, a deterioração da ordem pública e uma crescente violência, principalmente em municípios urbanos com maiores populações, ocasionando como por exemplo consolidação de mercado de drogas, baixos padrões no sistema prisional entre outros (FREITAS; RAMIRES, 2011).

O discurso de que os problemas sociais levam aos indivíduos a cometerem crimes em sua maioria passa pela consequência da baixa escolaridade. Para Adorno (1996) não é possível confirmar tal assertiva, ao mesmo tempo que o índice de reincidentes com baixa escolaridade está na média da população urbana. Neste contexto, o presente trabalho busca responder o seguinte problema de pesquisa: **há uma relação direta entre o grau de escolaridade e a reincidência criminal?**

### 1.3 Objetivo Geral

Analisar a relação direta entre o grau de escolaridade e a reincidência criminal a partir de relatórios estatísticos brasileiros.

### 1.4 Objetivos Específicos

- Levantar os relatórios estatísticos sobre a reincidência criminal no Brasil e sua relação com o grau de instrução do condenado.
- Descrever a realidade do sistema prisional brasileiro e os índices de reincidência criminal
- Comparar a realidade brasileira com outras realidades existentes

## 1.5 Justificativa

Existe uma tendência da população em atribuir a educação a resolução de todos os outros problemas. (SILVA, 2011). Segundo O IBGE (2010), o número de pessoas com ensino superior no Brasil tem aumentado ano após ano, mas a qualidade do ensino tem caído em proporções inversas. Já por outro lado, os números da criminalidade não param de bater recordes, segundo novos dados da ONG Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2018).

Seria imprudente atribuir valor a uma variável apenas mesmo antes de verificar sua importância. Trabalhos como o de Saporì et al. (2017) apresentaram por meio de um modelo estatístico os fatores sócios-demográficos (sexo, idade, escolaridade, cútis, raça, faixa etária e estado civil) que possuíam alguma significação com a taxa de reincidência criminal entre uma amostra do estado de Minas Gerais. Entre seus resultados, verificou-se que escolaridade, estado civil e cútis não apresentaram diferenças estatisticamente significantes.

As práticas eficientes de políticas públicas e novas forma de organização institucional representam uma promoção de ações de resposta à sociedade. É por meio de elaboração e execução de políticas públicas em larga escala, que o Estado é capaz de atuar em medidas minimizadoras da criminalidade. A degradação da escolaridade está mais relacionada a manutenção de cenários de desigualdade social.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de que estudos que se propõem a identificação de condicionantes para os problemas de segurança pública, mas especificamente do aumento de reincidência criminal, são importantes para a exploração empírica sobre o tema para a academia e como fonte para que os gestores governamentais recebam dados para o planejamento de políticas públicas mais eficientes a população.

## **2 REVISÃO TEÓRICA**

Ao se considerar a relação dos números de condenações e da violência, de forma direta ou indireta, com o grau de escolaridade do indivíduo, pode haver uma interpretação distorcida, pois, em alguns casos aquele cidadão pode ter sido levado ao mundo do crime por um caso fortuito. Para Silva e Borba (2019), este é um dos debates mais relevantes ao contexto nacional, pois é comum verificar que a maioria dos presos ao saírem da prisão retornam em um curto espaço de tempo.

Para os gestores governamentais, os desafios de minimizar os casos de reincidência criminal passam pela inserção de novas políticas públicas e manutenção das já existentes. No caso dos municípios, este desafio recebe maior atenção. Segundo Xavier (2008), a crescente transferência de responsabilidade para os municípios quanto a gestão de bens sociais como educação, saúde e assistência social, requer uma atenção na inserção das políticas públicas de segurança pública de forma que estes locais tenham condições e competências para tal situação.

### **2.1 A reincidência criminal no contexto brasileiro**

Segundo Saporì et al. (2017), reincidente é o indivíduo que volta a cometer novo crime após o cumprimento da pena estabelecida por crime cometido anteriormente, excluindo os indivíduos que o fizeram apenas uma vez. Para Forato e Belugo (2019), a caracterização de reincidência passa pela classificação jurídica que é um novo ato ilícito após o trânsito julgado a sentença de um crime anterior já julgado.

Para as ciências sociais, a reincidência relaciona-se desde ao conceito etimológico do vocábulo em si à interpretação de variáveis. A definição operacional do conceito assume dois aspectos diferentes: o primeiro em que o indivíduo foi condenado por crime ou contravenção penal, não sendo importante a pena imposta e o segundo que a prática de um novo crime tenha ocorrido a partir do cumprimento ou extinção da pena. Porém, não é correto afirmar que o conceito se relacione a quantidade de vezes que o indivíduo esteve no sistema prisional (JULIÃO, 2016).

Cabe ressaltar que há uma distinção entre, quanto ao porquê de se reincidência e condenação penal. A reincidência mede exatamente o criminoso, enquanto a primeira

condenação, as vezes, se refere a indivíduos que por algum motivo possa ter praticado um crime, em razão das condições ou circunstâncias em que se encontram (MISSE, 2010).

Conforme Capdevila e Puig (2009, p12), existem seis maneiras de reincidência criminal:

- a) reincidência por auto culpa, sendo aquela confessada pelo mesmo indivíduo outrora condenado; b) reincidência policial, caracterizada por novo registro pela autoridade policial acerca de novo crime praticado pelo indivíduo; c) reincidência penal, sendo o indivíduo novamente processado por novo crime cometido; d) reincidência judicial, quando o indivíduo é novamente condenado por prática de novo crime; e) reincidência penitenciária, quando o indivíduo novamente condenado, ingressa no sistema carcerário outra vez; f) reincidência jurídica, quando o indivíduo é processado novamente pela prática do mesmo crime cometido anteriormente.

Adorno e Bortini (1989) já enfatizavam que há existência de diversos conceitos no que tange a reincidência criminal, pode gerar uma dificuldade de entendimento científico quanto tratamento dos dados para as diversas aplicações metodológicas, principalmente quanto as fontes de informação, à realidade empírica. Para o autor, a reincidência está diretamente relacionada ao sistema penitenciário e as medidas das condições sociais do indivíduo, advindas do modelo capitalista.

Nos estudos internacionais sobre a reincidência criminal, é frequentemente utilizado a reincidência judicial ou reincidência penitenciária para calcular os casos, ou seja, é levado em consideração os casos onde o indivíduo é novamente condenado ou quando o indivíduo volta para o sistema carcerário para cumprir nova pena (SAPORI et al., 2017).

No Brasil, o conceito extraído do artigo 63 do código penal brasileiro, define que “verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior”. Logo, somente condenados onde não exista mais recurso algum, são considerados para o cálculo de reincidente quando voltam a cometer novo crime.

Conforme Silva e Borba (2019), a reincidência criminal pode ser classificada em 3 diferentes segmentos. O primeiro relaciona-se ao tamanho da população reincidente e a proporção de crimes. O segundo busca avaliar as políticas de intervenção para mitigar a reincidência. Por fim, o terceiro está relacionado aos estudos que de forma exploratória ou confirmatória buscam definir quais os fatores de risco, tais como os psicológicos, socioeconômicos, pessoais e outros, que possam interferir no aumento dessa reincidência. Este

segmento tem como objetivo principal corrigir e melhorar os programas e políticas de mitigação da reincidência.

Para Mariño (2002), as pesquisas sobre a reincidência criminal trazem o entendimento dos fatores condicionantes e determinantes, dentre elas está a falta de efetividade do sistema prisional em praticar sua função de ressocialização, o que pode induzir e não reduzir a reincidência criminal, dados fundados na teoria da rotulação.

### **2.1.1 As influências do grau de escolaridade para problemas sociais**

O perfil dos problemas sociais brasileiros passa por um reflexo da falta de políticas públicas inclusivas, pela existência de baixa escolaridade e de uma falta de perspectiva futura, o que maximiza a cultura da violência. Não obstante, isto está refletido também no perfil demográfico prisional o que potencializa a problemática da reincidência criminal, atrelada à falta de acesso a políticas públicas que minimizem a vulnerabilidade (FILHO; BUENO, 2016).

Neste contexto, há que se notar uma relação direta entre a escolaridade de um povo e a criminalidade (SILVA, 2011). Segundo o Ministério da Justiça (1998) esta relação chega a aproximadamente 70%. No entanto, este número se refere ao número de pessoas que voltam a cometer novo crime enquanto ainda é julgado por crime anterior, ou que já foi condenado. Este fato se deve a morosidade da justiça brasileira, que por vezes chega a ter processos se arrastando por 20 anos (ADORNO, 2016). Assim, apenas 46% são realmente reincidentes, colocando o Brasil de países como Estados Unidos, onde a reincidência se aproxima a 60%.

Para Pettit (2012), não há desde o começo da década de 1990, aumento no índice de negros que conseguem concluir o ensino médio nos EUA. Além disso, mais de 70% dos moradores de rua são afrodescendentes. Soma-se a essa baixa escolaridade, um custo de vida proibitivo para a maioria e um sistema judiciário segregador, logo o resultado é uma alta taxa de reincidência e uma população carcerária simplesmente gigantesca.

A realidade no Brasil não é diferente. Cidadãos sem escolaridade são “devolvidos” para suas comunidades assim que deixam a prisão e passam a sofrer um duplo preconceito na tentativa de recomeçar a vida: são ex-detentos e oriundos de locais excludentes em qualquer seleção de trabalho – embora a legislação trabalhista proíba, fatores como aparência e origem são considerados de maneira velada pela maioria das empresas (RUDNICKI; SCHÄFER; SILVA, 2017).



Segundo o Ipea (2015), onde a reincidência é separada por categorias, nota-se o que se percebe no mundo afora: uma relação direta entre o grau de escolaridade e a reincidência penal. No contexto brasileiro, por exemplo, o índice de reincidência entre os indivíduos sem o ensino médio, é na faixa de 58%, enquanto para aqueles com o ensino médio ainda que incompleto, esse índice cai para 5% e entre os graduados esse índice fica abaixo de 0,7%.

A escolaridade centra-se como um fator importante da cidadania a partir do momento que cumpre o papel de agente de socialização, enfraquecido em alguns casos pela família. O aprendizado vindo da escola, possibilita ao indivíduo uma habilitação cognitiva que permita desfrutar de novas oportunidades. Assim, a escola torna-se um impulsionador de ascensão social. As circunstâncias sociais que impossibilitam o acesso de qualquer indivíduo à escola, pode resultar em fortes pressões para delinquir (ADORNO, 1996).

Análises realizadas pelo Ipea (2015), verificaram a relação entre o número de homicídios e a qualidade das escolas localizadas em 81 municípios brasileiros. O estudo apontou que a educação é a principal política social de redução dos assassinatos, chegando à conclusão que para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de assassinatos nos municípios.

## **2.2 As políticas públicas como alternativa social**

Os diversos problemas enfrentados pela sociedade são solucionados por meio das políticas públicas. Esta função requer dos gestores governamentais elaboração, planejamento e execução de forma eficiente e sistêmica para que as classes envolvidas não recebam disparidades (FREITAS; RAMIRES, 2011). Para Mathias (2010), as políticas públicas agem como objeto de interação entre as questões urbanas e as sociais e seu maior desafio é permitir que o pleno exercício da cidadania de forma harmônica entre o homem e seu meio.

Dentro do contexto da segurança pública, é preciso verificar quais as perspectivas políticas que gerem esta atividade. Há de ser verificada a existência de políticas repressivas e de prevenção. Quanto a realidade da relação social com problemas de criminalidade, os gestores devem aplicar políticas preventivas, pela qual o mais importante é criar meios para se evitar que o crime aconteça, analisando as condições sociais e que tais medidas tenham caráter de

inclusão social e humanitária, visando a desigualdade social, a valorização da educação entre outras. (FREITAS; RAMIRES, 2011).

Para Xavier (2008), as políticas públicas de segurança, não podem se abster de objetivar mecanismos que identifiquem as causas e consequências da criminalidade e do aumento de violência, a fim de se produzir estratégias e ações conscientes visando o combate e o controle criminal. Soares Filho e Bueno (1999) enfatizam que uma alternativa para problemas com egressos do sistema prisional é construção de políticas públicas de forma transversais baseadas nas necessidades específicas dessas pessoas a fim de evitar a vulnerabilização social.

Pesquisas anteriores como a de Carvalho Rosa et al. (2017) apresentaram a importância de uma gestão governamental voltada a políticas públicas focadas a estratégias de redução de criminalidade. Em seus estudos, identificou-se que no município de Anápolis -GO o tráfico de drogas representava 16,55% dos casos em relação aos crimes de roubo e tráfico, resultado abaixo da média nacional que era de 26,56%. Tais resultados, foram atribuídos ao aumento do número de jovens concluintes do ensino médio, resultantes dos programas governamentais como Projovem Urbano e Projovem Trabalhador, desenvolvidos no mesmo período.

Em Oliveira et. al (2013), a mudança da predominante incumbência da gestão pública de segurança das instâncias federais e estaduais para a municipal permitiu nova reconfiguração no combate à criminalidade facilitando a comunicação da coordenação política com a sociedade. As experiências de políticas públicas municipais de segurança têm apresentado êxito. Em municípios como Belo Horizonte e Diadema em São Paulo, tais políticas buscaram o envolvimento da comunidade local em atitudes proativas de segurança. O planejamento ocorreu após a inserção de instrumentos que permitiram um diagnóstico de intervenção.

### **3 MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA**

#### **3.1 Tipologia e descrição geral dos métodos de pesquisa**

A presente pesquisa classificou-se como exploratória, pois buscou conhecer com maior profundidade o assunto e deixá-lo mais claro a fim de se conduzir a pesquisa. Segundo Gil (1999) por meio da pesquisa exploratória, o pesquisador desenvolve uma visão geral do fato. Para Raupp e Beuren (2006), a característica deste tipo de pesquisa está relacionada no aprofundamento de conceitos preliminares sobre uma temática não satisfatória anteriormente, contribuindo para o esclarecimento de questões superficiais do assunto.

A pesquisa também é caracterizada com uma abordagem qualitativa já que analisa dados estatísticos, com o objetivo de possibilitar o comparativo com sociedades mais desenvolvidas, onde a criminalidade é bem menor que em nosso país. Os dados são caracterizados como secundários pois são originados de coletas realizadas por órgãos internacionais, os quais apenas compilam dados fornecidos pelos Estados soberanos.

#### **3.2 Caracterização da organização, setor ou área *locus* do estudo**

Segundo relatório do Ipea (2015), a população carcerária do Brasil cresceu 83 vezes entre 1938 e 2009. O índice de reincidentes em 2008, variava entre 70% e 80%, dependendo do estado da federação. Por outro lado, ao se considerar o conceito de reincidente penitenciário, apresentado por Adorno e Bordini (1989) que compreende o sujeito que, tendo já cumprido pena, tenha sido recolhido novamente em estabelecimento penal, a taxa reduz para 46,03%.

#### **3.3 População e amostra ou Participantes da pesquisa**

A pesquisa buscou verificar a amostra da população reincidente segundo os relatórios estatísticos do CNJ (Ipea, 2015). Tal amostra corresponde a dados de sistema penitenciário de 3 estados brasileiros. Comparativamente, será utilizado indicadores sociais, extraídos de órgãos

de pesquisa internacionais, com dados do Brasil e de países estrangeiros com os melhores índices de criminalidade e reincidência criminal do mundo, em busca de alguma relação que possa direcionar as políticas públicas com o objetivo de mitigar esta reincidência criminal brasileira.

### **3.4 Caracterização e descrição dos instrumentos de pesquisa**

Foram analisados os relatórios do CNJ (Ipea, 2015), a fim de levantar os dados brasileiros, bem como os dados do IBGE (2010). Os dados comparativos de nações estrangeiras, foram extraídos dos relatórios do Banco Mundial (2018). Os dados estão apresentados de maneira visual, com a utilização de gráficos para melhor compreensão do leitor.

### **3.5 Procedimentos de coleta e de análise de dados**

O procedimento de coleta dos relatórios estatísticos ocorreu por meio de pesquisa eletrônica no sítio eletrônico das entidades governamentais entre 12 de novembro e 01 de janeiro de 2019. Para a análise desses relatórios foi utilizada a técnica de pesquisa de análise de conteúdo que permitiu conhecer e definir dados precisos que se relacionassem com o problema de pesquisa. Para Bardin (1977), a análise de conteúdo atrelada a análise documental permite apresentar ao observador um conjunto de operações de forma diferente do original a fim de facilitar o acesso à informação de tal maneira que se obtenha o máximo de pertinência do assunto.

Após analisados o conteúdo dos relatórios, os dados foram separados por temas relacionados a escolaridade e analisados comparativamente com dados de outros relatórios internacionais e a literatura acadêmica sobre o tema proposto. Após este procedimento, os dados foram compilados com o auxílio da ferramenta do MS Excel versão 2016. Este procedimento permitiu a construção de gráficos comparativos com o objetivo de levar o leitor a uma melhor compreensão de possíveis padrões que possam permitir a considerações sobre o problema de pesquisa.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao se verificar os dados de países como a Noruega e os Estados Unidos, conclusão é possível inferir que a educação é a base para uma sociedade igualitária, com melhores índices de desenvolvimento humano, o que efetivamente pode mitigar a criminalidade. Tal resultado pode ser corroborado a partir da análise dos Estados Unidos, um país onde a qualidade de ensino está entre as mais eficientes. Porém, os índices de desigualdade social se apresentam piores em comparação a Noruega. Quanto a qualidade da educação, a Noruega tem se destacado a algum tempo, formando assim uma sociedade extremamente educada, e com melhores oportunidades de vida. Estes fatores têm refletido em qualidade de vida e é possível verificar uma redução na criminalidade (TAVARES, 2016).

O relatório do CNJ (Ipea, 2015) ilustra o número de presos condenados no sistema prisional de 1938 a 2009. É possível verificar que o número de condenados mais que dobrou na primeira década do século XXI, com um aumento de 237,7%, conforme ilustrado no gráfico 1.

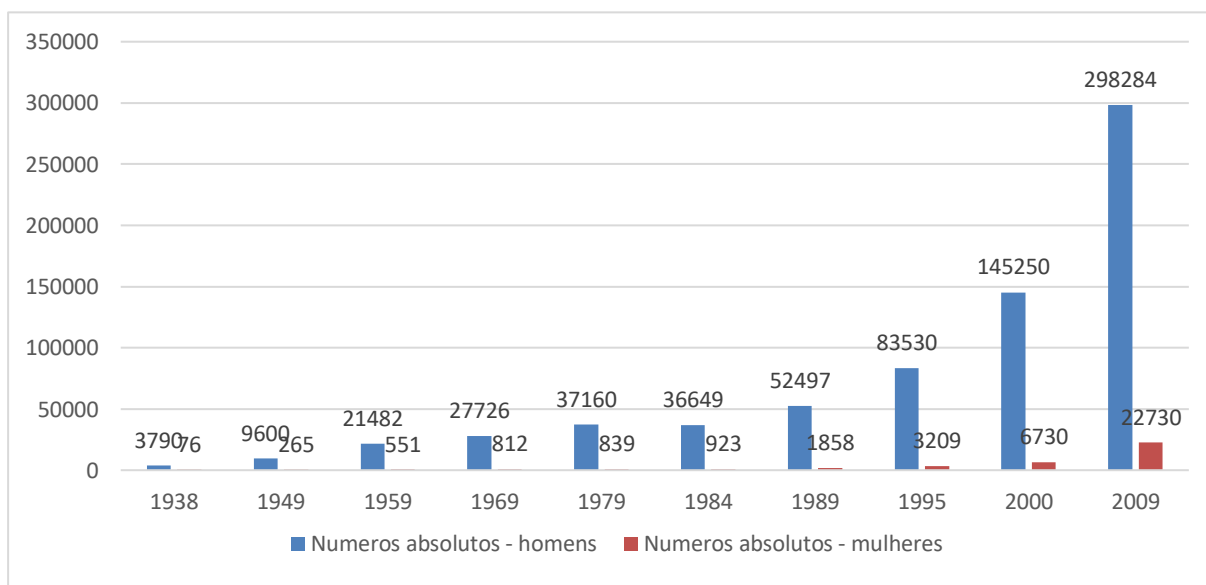


Gráfico1: Total de presos condenados no sistema prisional (1938-2009)

Fonte: Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2011)

A tabela 1 apresenta o levantamento do número de apenados, tanto reincidentes como não reincidentes, por faixa etária. Os dados permitem fazer uma análise dos dados de melhoria nos níveis educacionais (CERQUEIRA, 2016), uma vez que, como veremos a seguir, é exatamente nas faixas onde a criminalidade é mais alta que ocorreram os melhores resultados

na evolução do ensino no Brasil como no caso dos números apresentados na faixa etária de 18 a 24 anos, que representa 42,1% dos casos.

**Tabela 1:**

Número de apenados, não reincidentes e reincidentes por faixa etária

Faixa etária	Reincidente				Apenados	
	Não		Sim			
	Número	%	Número	%	Número	%
18 a 24 anos	211	44,6%	51	34,7%	283	42,1%
25 a 29 anos	97	20,5%	33	22,4%	139	20,7%
30 a 34 anos	51	10,8%	28	19,0%	89	13,2%
35 a 39 anos	40	8,5%	16	10,9%	61	9,1%
40 a 44 anos	23	4,9%	6	4,1%	31	4,6%
45 a 49 anos	20	4,2%	7	4,8%	30	4,5%
A partir de 50 anos	31	6,6%	6	4,1%	39	5,8%
Total	<b>473</b>	<b>100,0%</b>	<b>147</b>	<b>100,0%</b>	<b>672</b>	<b>100,0%</b>
Sem informação	145		52		240	
<b>Total geral</b>	<b>618</b>		<b>199</b>		<b>912</b>	

**Fonte:** Pesquisa Ipea/CNJ, 2013

Ao se comparar, os números da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE (2012), que verificou o número de crianças e adolescentes que não frequentam a escola entre os anos de 2005 a 2012, separados por faixa etária. E o relatório do CNJ (Ipea, 2015), é possível verificar entre a mesma faixa etária de, 18 a 24 anos, que praticamente em uma década não houve significativa mudança no número de jovens fora da escola. Este pequeno aumento, pode ser verificado no gráfico 2.

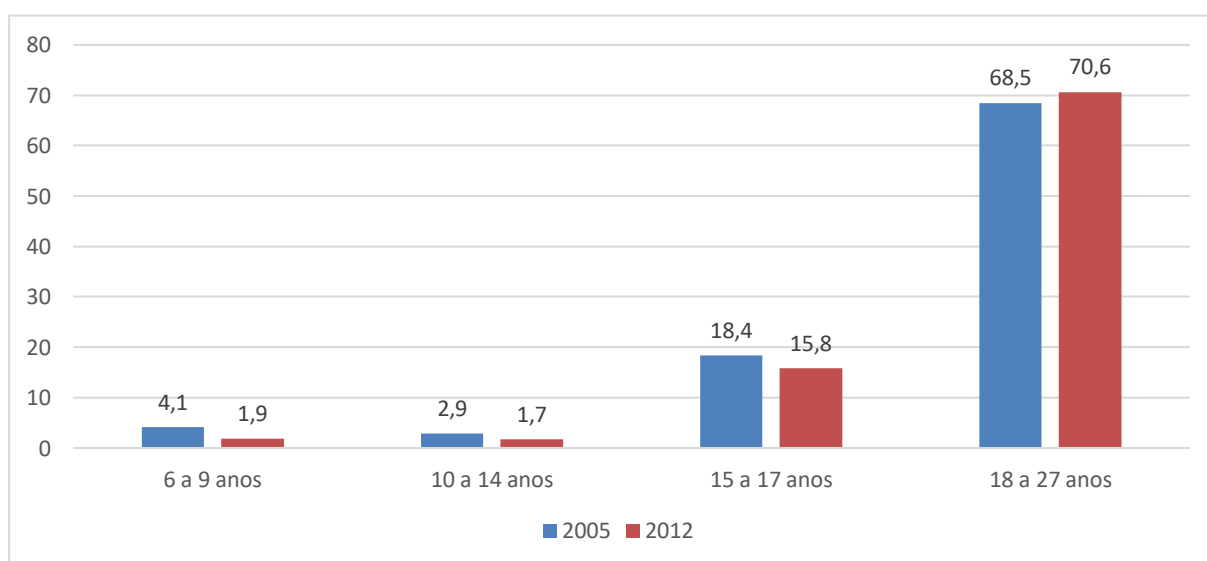


Gráfico2: Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 6 a 24 anos de idade que não frequentam escola, por faixas etárias no Brasil, em 2005 e 2012.

Fonte: IBGE (2010)

Por outro lado, os resultados da pesquisa do IBGE (2012), compara o número de analfabetos entre o ano de 2012 com o ano anterior. Pode-se inferir que os números melhoraram, ainda que timidamente, reduzindo o número de analfabetos em praticamente todas as faixas etárias. Porém, por esses dados não foi possível relacionar se alguma melhora dos níveis de educação da população influenciou diretamente a redução da criminalidade, mais especificamente no que tange a reincidência criminal.

O gráfico 3 apresenta a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, segundo grupos de idade no Brasil em 2011 e 2012.

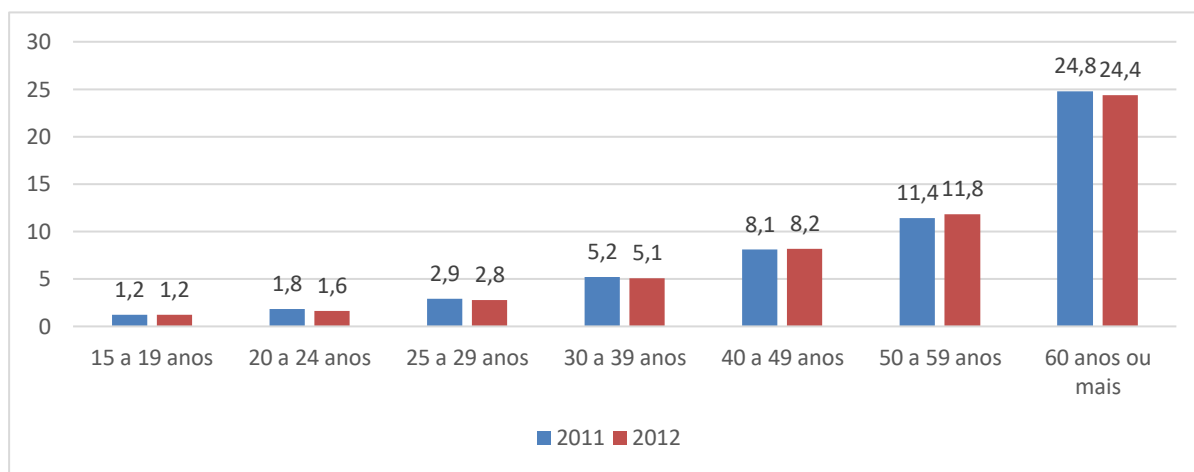


Gráfico 3: Taxa de Analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, segundo grupos de idade no Brasil em 2011 e 2012.

Fonte: IBGE (2012)

Em relação a análise com base no variável sexo, é possível verificar o fato de que entre as mulheres, na década de 2000 a 2009, o número de mulheres apenas no país mais que triplicou CNJ (Ipea, 2015). Assim, feito o cruzamento desses dados com os números da pesquisa do IBGE (2012), em relação ao período de 2005 e 2012, no que diz respeito a taxa de analfabetismo e com pelo menos o ensino médio concluído, separados entre outros fatores, pelo sexo. Essas informações podem ser vistas no gráfico 4.

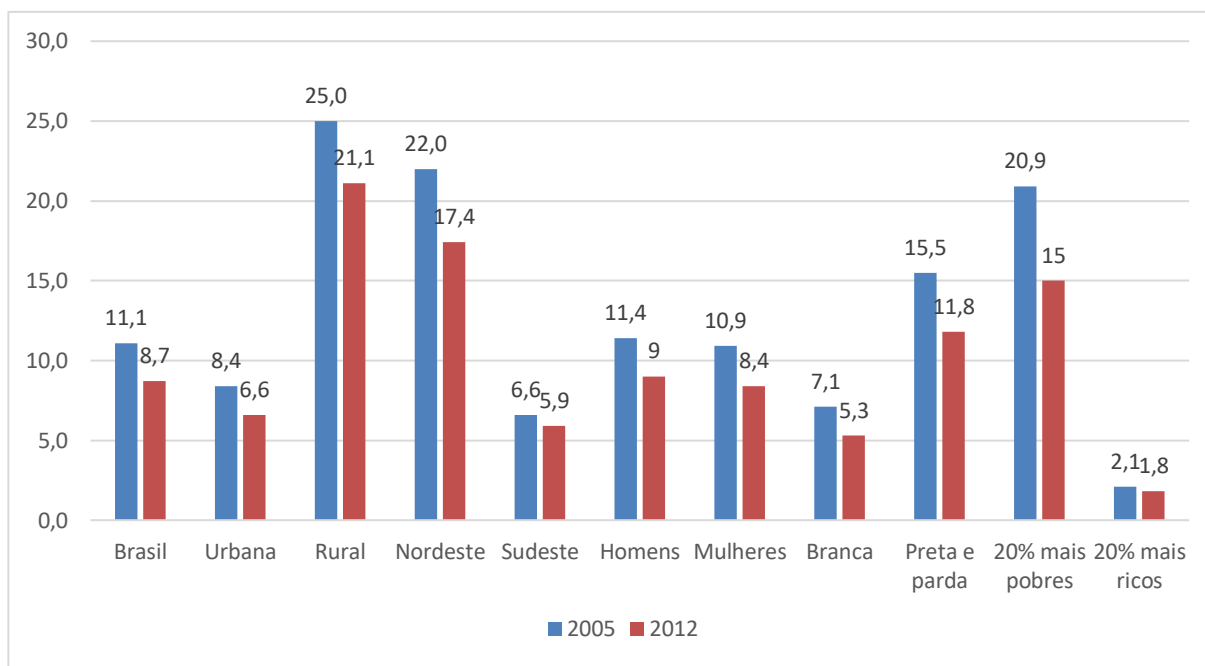


Gráfico 4: Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais, por situação de domicílio, região, sexo, cor e quintos de renda domiciliar per capita no Brasil em 2005 e 2012

Fonte: IBGE (2012)

As análises permitiram também uma verificação comparativa entre as taxas de analfabetismo com as taxas de pessoas que concluíram pelo menos o ensino médio. A intenção dessa verificação a partir dos dois índices, corroborou com perspectiva de que a população brasileira tem estudado mais nos últimos anos. O gráfico 5 apresenta essa informação.

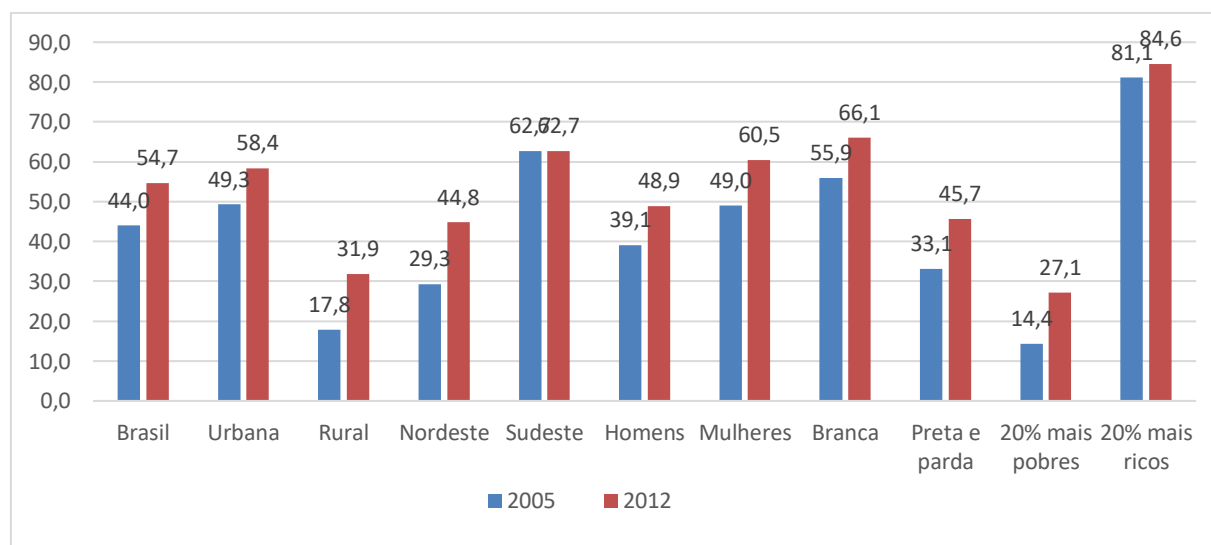


Gráfico 5: Proporção de jovens de 18 a 24 anos de idade, com pelo menos o ensino médio concluído (11 anos de estudo), por situação de domicílio, sexo, cor e quintos de renda familiar per capita no Brasil nos anos de 2005 e 2012

Fonte: IBGE (2012)



Ao se verificar o gráfico 4 e 5, é possível constatar que entre as mulheres houve uma melhora significativa no lapso temporal analisado, tanto a taxa de analfabetismo quanto o número dessas que tenham concluído o ensino médio.

Com base nos dados analisados até momento, parece haver relação direta entre o grau de escolaridade e as condenações penais, bem como nas reincidências, visto ser ilustrado nesse sentido no relatório do CNJ (Ipea, 2015), onde vemos o número de apenados, não reincidentes e reincidentes por escolaridade, no qual fica claro que quanto maior a escolaridade, menores são os números de indivíduos apenados e reincidentes.

Essa aparente relação que é ilustrada na tabela 2, mostra que existe sim relação, mas ela não é direta, uma vez que apesar das melhoras nos níveis de educação assim como no acesso a mesma por parte de um número cada vez maior de pessoas, os números de apenados e reincidentes só tem aumentado nos últimos anos.

**Tabela 2:**

Número de apenados, não reincidentes e reincidentes por escolaridade

Faixa etária	Reincidente				Apenados	
	Não		Sim			
	Número	%	Número	%	Número	%
Analfabeto(a)	45	9,8%	10	6,8%	59	8,8%
Sabe ler e escrever	124	27,1%	22	15,0%	163	24,3%
Ensino fundamental incompleto	172	37,6%	86	58,5%	282	42,0%
Ensino fundamental completo	43	9,4%	16	10,9%	72	10,7%
Ensino médio incompleto	18	3,9%	4	2,7%	25	3,7%
Ensino médio completo	37	8,1%	8	5,4%	49	7,3%
Ensino superior incompleto	7	1,5%		0,0%	8	1,2%
<b>Ensino superior completo ou pós-graduação</b>	<b>11</b>	<b>2,4%</b>	<b>1</b>	<b>0,7%</b>	<b>13</b>	<b>1,9%</b>
<b>Total</b>	<b>457</b>	<b>100,0%</b>	<b>147</b>	<b>100,0%</b>	<b>671</b>	<b>100,0%</b>
Sem informação	161		52		241	
<b>Total geral</b>	<b>618</b>		<b>199</b>		<b>912</b>	

**Fonte:** Pesquisa Ipea/CNJ, 2015

A análise dos dados permite chegar a uma conclusão sobre o problema de pesquisa, pois os dados existentes apontam para o fato que com maior escolaridade o número de apenados e reincidentes é menor. Sendo, passe-se a analisar de forma discursiva, uma nova ótica, na tentativa de outras possíveis causalidades da criminalidade e relações com a reincidência.

#### 4.1 Má qualidade do ensino gera desigualdade socioeconômica

Segundo Moura (2014) o grau de escolaridade responde por aproximadamente 70% do total dos salários. Para o autor, é possível constatar que no setor público, o profissional que concluiu o ensino superior tem rendimento 20,18% maior do que aquele que só fez o ensino médio na iniciativa privada, o rendimento é 16,48% maior, gerando uma diferença de 3,7%.

Para o IBGE (2010), quem possui o diploma de curso superior pode receber até 3 vezes mais do que quem não tem esse nível de escolaridade. Conforme tabela 3, o salário médio de quem não tinha formação superior era de 2,4 salários mínimos, enquanto para aqueles com formação superior, a média salarial era de 7,8 salários mínimos.

**Tabela 3:** Pessoal ocupado assalariado, salários e outras remunerações e salário médio mensal, segundo o sexo e o nível de escolaridade no Brasil em 2009

Sexo e nível de escolaridade	Pessoal ocupado assalariado		Salários e outras remunerações (1000R\$)		Salário médio mensal (em salários mínimos)
	Absoluto	Relativo (%)	Absoluto	Relativo (%)	
<b>Total</b>	<b>40.212.057</b>	<b>100</b>	<b>781.881.723</b>	<b>100</b>	<b>3.3</b>
<b>Sexo</b>					
Homens	23.376.125	58.1	494.141.127	63.2	3.6
Mulheres	16.835.932	41.9	287.740.596	36.8	2.9
<b>Nível de escolaridade</b>					
Sem nível superior	33.580.487	83.5	471.298.465	60.3	2.4
Com nível superior	6.631.570	16.5	310.583.258	39.7	7.8

**Fonte:** IBGE, Diretoria de Pesquisa, Cadastro Central de Empresas 2009

De um montante de 40,2 milhões de trabalhadores assalariados, 33,6 milhões não tinham nível superior (83,5%) contra apenas 6,6 milhões de pessoas com curso superior (16,5%). No entanto, essa fatia de trabalhadores que concluíram a faculdade concentrou R\$ 310,6 bilhões, ou 39,7% da massa salarial, enquanto os outros R\$ 471,3 bilhões, ou 60,3%, foram distribuídos entre os trabalhadores com menor escolaridade.

Esses dados apenas levam em consideração o nível de escolaridade e não a qualidade deste ensino. No ranking mundial de qualidade de ensino, o Brasil ocupa a 60ª posição de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018). A falta de qualidade somado a pouca escolaridade do indivíduo, o coloca em uma situação de vulnerabilidade social, muito comum em países com grandes desigualdades sociais, uma vez que com baixa qualificação da mão de obra, a renda se concentra nas mãos daqueles que detém o capital, ou seja, o dono do meio de produção.

Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento -PNUD (2017), revelam que o Brasil ocupa a 79ª posição mundial no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), lista encabeçada pela Noruega, considerada pela ONU, em 2012, o melhor país para se viver (1º no ranking do IDH) e de acordo com o levantamento, o 8º país com a menor taxa de homicídios no mundo, lá o sistema carcerário chega a reabilitar 80% dos criminosos, ou seja, apenas 2 em cada 10 presos voltam a cometer crimes; é uma das menores taxas de reincidência do mundo (UNDP, 2017).

É inquestionável que a Educação de qualidade tem papel preponderante na reincidência ou não de um cidadão no mundo do crime. Mas uma instrução escolar completa não é capaz de garantir, por si só, que aquele que cumpriu sua pena, uma vez posto em liberdade, volte a praticar delito, sofra com um flagrante e retorne para o cárcere.

É preciso considerar o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que afirma que o “homem é produto do seu meio”. Ou seja, para além da Educação, o ambiente em que o indivíduo é colocado após o cumprimento da sua pena pode ter forte influência na sua decisão em retornar ao mundo do crime e, assim, engrossar as estatísticas da reincidência.

Prova disso é alta taxa de retorno ao crime nos Estados Unidos da América, próxima de 60%, até mesmo acima do Brasil, em 46%, algo que naturalmente seria o inverso, considerando se tratar da comparação de um país desenvolvido, que investe em Educação de qualidade, diante de uma nação subdesenvolvida, que reconhecidamente emprega mal os recursos financeiros para educar seu povo, quando não desvia parte deles em casos sistemáticos de corrupção.

É preciso considerar que a explicação da reincidência pela falta de estudo e o meio em que o cidadão vive são aspectos da vitimologia, vertente que defende que o criminoso seria, na verdade, vítima da sociedade. Ou seja, ele só comete um delito por acreditar ser o único meio de sua subsistência ou, em alguns casos, o único meio de tentar reduzir a diferença social entre ele e suas vítimas.

Nesse contexto, a vitimologia surge principalmente a partir da falta de Educação, pois como já foi demonstrado nesse estudo, através de números, é a diferença entre o analfabetismo e a pós-graduação que reside o abismo social que leva o cidadão a cometer um crime mesmo depois de ter sido preso e amargado um cárcere em condições subumanas por anos a fio.

A incapacidade de vencer a barreira social porque não lhe é oferecida Educação de qualidade, ou mesmo o simples desejo de ascensão social nem que seja na comunidade em que vive, mesmo que isso implique fazer parte da facção local, são primordiais para a reincidência, embora é preciso acrescentar mais um ingrediente nessa complexidade que é o Brasil: a sensação de impunidade.

A aparente facilidade da progressão de um regime fechado para um semiaberto e, conseqüentemente, para um aberto, acaba por incutir no condenado a sensação de impunidade. Nesse caso, uma vez nas ruas, ele opta pelo caminho mais fácil, que é a criminalidade.

Para citar um caso emblemático: a morte brutal do menino João Hélio, em 2007, no Rio de Janeiro, arrastado por sete quilômetros em um carro dirigido por bandidos. Um dos membros do bando, Carlos Eduardo Toledo, havia sido condenado a quatro anos e meio por assalto a mão armada, ficou um ano na prisão e recebeu a progressão para o regime semiaberto. Nas ruas durante o dia, ele não hesitou em voltar a delinquir e produziu uma das mais chocantes cenas da violência urbana brasileira. Mas qual o caminho para reduzir a reincidência?

A primeira resposta vem do pesquisador da Universidade de São Paulo (USP) José Pastore, autor do livro “Trabalho para ex-infratores”: dar emprego ao ex-detento. Segundo ele, o investimento exigido pela reincidência é muito maior que o custo de se empregar um ex-detento, pois é preciso se levar em conta o gasto com a polícia para prender o reincidente, com a prisão provisória enquanto o indivíduo não é julgado, com o inquérito para se procurar o culpado e a máquina do Judiciário para se julgar, entre outros gastos. (PASTORE, 2011)

Outra medida seria o emprego de políticas de inclusão social eficazes, direcionadas para indivíduos em situação precária de vida. Trata-se de um remédio imediato para tirar a pessoa do limbo e inseri-la ao menos na base da pirâmide social. Há no Brasil programas que se propõem a esse papel, como o Bolsa Família, além de iniciativas de governo estaduais, mas

sua implantação isolada acaba por não dar o efeito desejado, que seria garantir o crescimento social do cidadão e, consequentemente, reduzir a criminalidade

Por fim, enquanto medidas como essas são tomadas, é necessário o investimento maciço em Educação. A criação de uma grade curricular moderna, o investimento no professor e uma estrutura física adequada das escolas são fundamentais para se começar a falar em mudança no ensino no Brasil. Uma Educação voltada para o mercado, sem a essência da preparação para a vida também do ponto humanístico e filosófico são fundamentais para a quebra de diversos paradigmas, entre eles a reincidência criminal.

A partir da formação completa de um membro da família, todos os outros descendentes dele dificilmente não chegariam a uma universidade. Ou seja, o primeiro diploma garante, muito provavelmente, que as demais gerações também terão curso superior. E um país mais educado é um país menos violento.

#### **4.2 A vulnerabilidade socioeconômica como gatilho para a reincidência**

A cadeia é uma escola do crime. No momento em que um criminoso é confinado em um ambiente heterogêneo, ele passa a conviver diariamente com outros criminosos, possivelmente condenados pelos mais diversos crimes. Neste cenário não é difícil se imaginar que ocorra uma troca de informações entre esses condenados, fomentando novas expertises naquele criminoso que foi confinado, muitas vezes por crimes mais simples, como furto.

Diante dessa situação, ao ganhar a liberdade, esse criminoso volta as ruas com novas habilidades e com o estigma de ser um ex-presidiário, algo que a sociedade guarda um certo receio, talvez com certa razão, mas que não deixa de servir de barreira a ressocialização desse criminoso que já tenha pago sua dívida com a sociedade. Desta forma, a porta do mercado de trabalho fica fechado para este, principalmente sendo uma mão de obra com baixa qualificação.

Neste momento não é difícil de entender a situação vulnerável a que o cidadão é exposto, sendo um motivo muito forte para sua reentrada no mundo do crime, até mesmo para ter o que comer. Esta vulnerabilidade seria menor ou talvez nem existisse, se o cidadão tivesse uma formação superior de qualidade, uma vez que existe carência dessa mão de obra no Brasil, sendo muito mais fácil a sua reinserção no mercado de trabalho, proporcionando assim alguma qualidade de vida, fazendo com que o mundo do crime se torne uma opção muito arriscada para este indivíduo.

Com base nesse raciocínio, a sociedade pode se ver tentada em perpetuar a prisão do indivíduo, como forma de tutelar o cidadão de bem, mantendo as ruas seguras. Ora, é exatamente essa a receita norte americana para a execução penal, onde existe um dos estados mais repressores do mundo, dono da maior população carcerária do mundo, e com altíssimas taxas de reincidência.

Esse contraste entre Estados Unidos e Noruega deixa claro que a solução é educação, qualidade de vida e igualdade social. Claro que uma mudança nesse sentido só trará resultado após duas décadas no mínimo, e a sociedade brasileira não pode ficar refém do crime durante todo esse tempo.

Nesta hora que as misturas das duas soluções podem se apresentar como uma solução mais real ao cenário brasileiro: o aumento das penas para manter o criminoso longe das ruas, e investimentos massivos em educação de qualidade para o cidadão de bem, e levar a mesma educação, por meio da educação a distância, para aqueles que estão confinados nos presídios do país, quando poderemos chamar este detento de reeducando.

Somado a esta solução, a oportunidade de estágios remunerados dentro dessas instituições de reabilitação, com a finalidade de trazer a prática para o reeducando, ao mesmo tempo que poderia gerar para este uma espécie de fundo de garantia, na forma de um depósito de parte do salário do estagiário inacessível para saque durante o cumprimento da pena, mas proporcionando algum sustento para este quando deixar o sistema carcerário.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida) recolhidos em nível nacional. Cada ano, os países membros da ONU são classificados de acordo com essas medidas.

O relatório (UNDP, 2017) demonstra que os países mais seguros são também os países com melhores índices de desenvolvimento humano, não necessariamente os mais bem posicionados nos índices de qualidade de ensino. Logo, o exemplo internacional não deixa clara uma relação direta entre criminalidade e educação, ao passo que a relação entre IDH parece estar mais relacionado.

Como se verifica, os países famosos como os mais seguros do mundo, são também aqueles com o melhor desenvolvimento humano do planeta. Verifica-se algumas comparações entre Brasil e dois dos países mais seguros do mundo, Noruega e Dinamarca, onde se pode

concluir que somente o investimento em educação não é suficiente para reduzir as nossas taxas de reincidência criminal.

O gráfico 6 ilustra os gastos públicos com educação, em relação as despesas totais do governo.

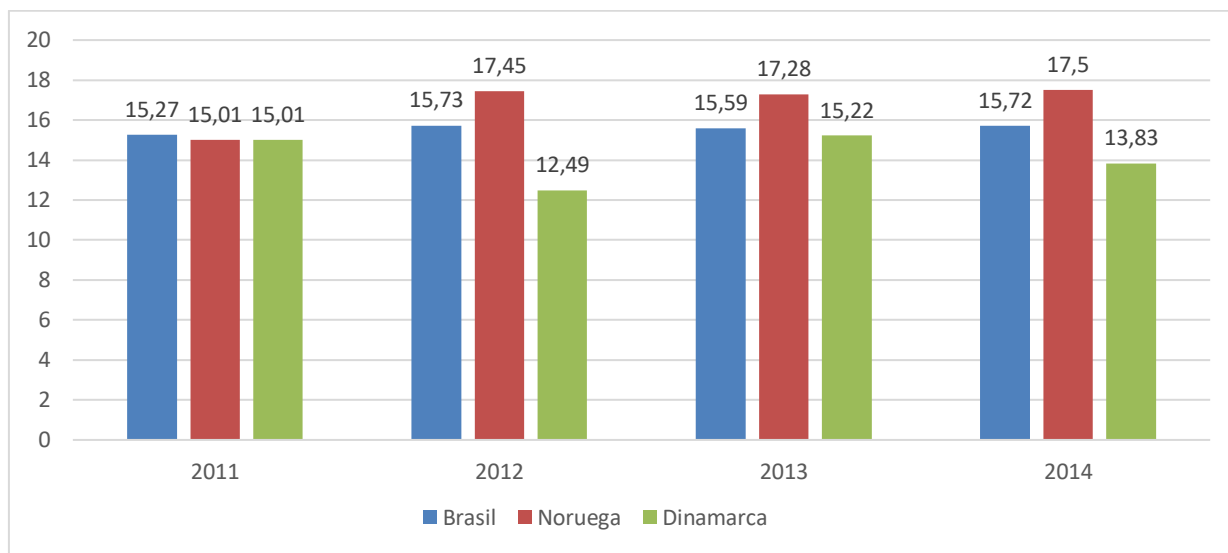


Gráfico 6: Gastos públicos com educação, total (% das despesas do governo)

Fonte: Banco Mundial (2018)

Como se percebe, atualmente não existe uma diferença significativa entre o Brasil e os dois países desenvolvidos analisados. Assim podemos concluir que não é somente o investimento público em educação que tornam um país desenvolvido. Ainda assim, o gráfico 7 apresenta esses investimentos comparados com o PIB do país.

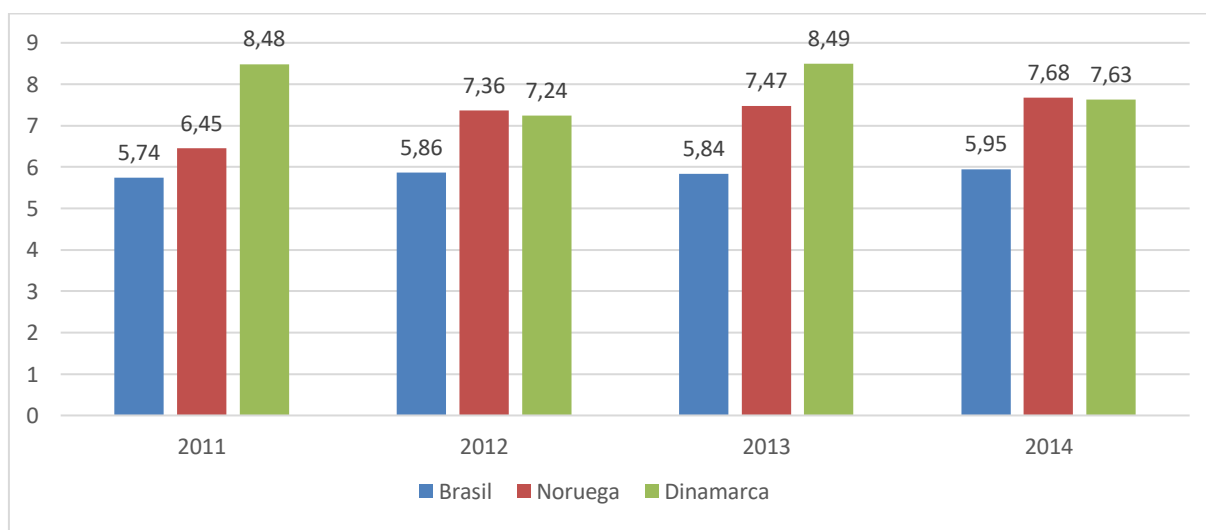


Gráfico 7: Gastos públicos com educação, total (% do PIB)

Fonte: Banco Mundial (2018)

Conforme se percebe, existe uma diferença de cerca de 15% entre o gasto com educação pública no Brasil e o gasto na Noruega e na Dinamarca, ambos comparados em relação ao PIB.

Ao se analisar o percentual da população que conclui o ensino fundamental entre os três países, infere-se que é praticamente o mesmo conforme o gráfico 8.

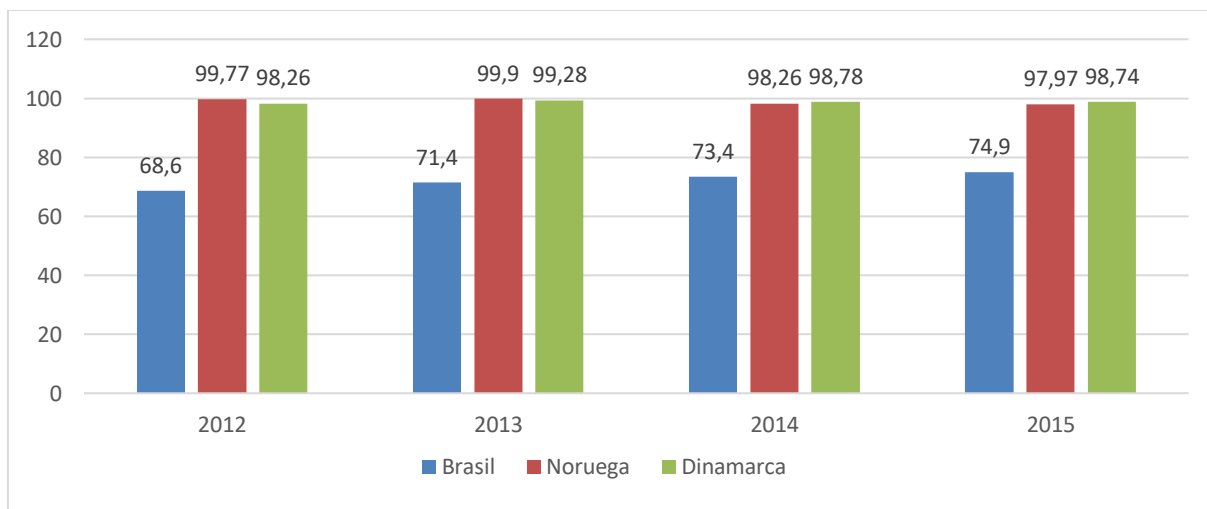


Gráfico 8: Taxa de conclusão do ensino fundamental

Fonte: Banco Mundial (2018)

Com base nestes três gráficos, infere-se que não é possível concluir que a educação está diretamente ligada ao crime, e consequentemente a reincidência criminal.

Ao se comparar os dados socioeconômicos, começando pelo PIB per capita, onde se verifica o total de riquezas produzidas pelo país dividido pelo total da população, conforme ilustrado pelo gráfico 9. Neste sentido, há uma grande diferença entre o Brasil e os demais países, chegando a quase dez vezes a diferença

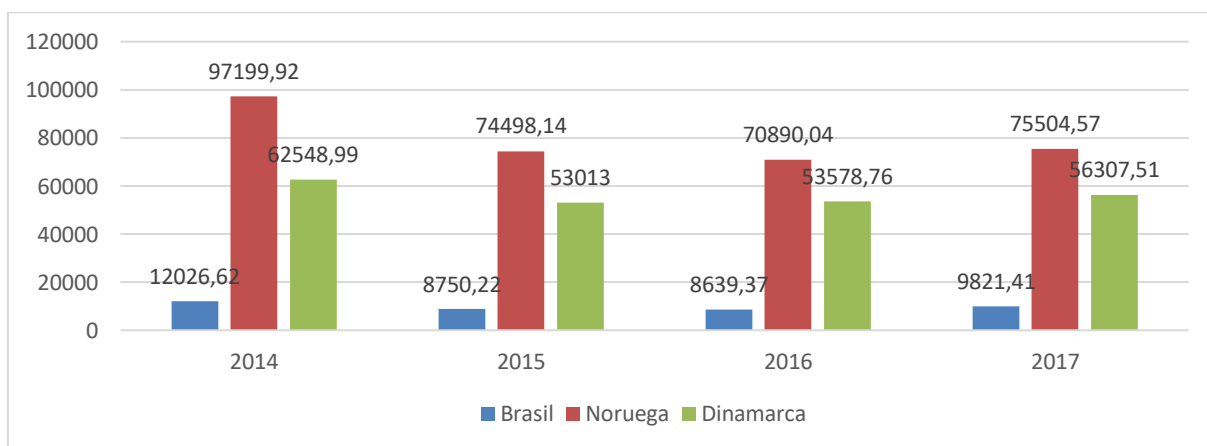


Gráfico 9: PIB per capita (US\$)



Fonte: Banco Mundial (2018)

Essa diferença corrobora com o fato de que a pobreza é fator decisivo na criminalidade. Se o indivíduo não possui recursos suficientes para viver com dignidade, uma grande parcela desses indivíduos acaba indo para o mundo do crime.

Fato interessante é a origem da renda da população. Enquanto na Noruega e Dinamarca, quase a totalidade dos trabalhadores são assalariados, no Brasil quase 30% atualmente são autônomos, número que já chegou a ser maior.

Ajustando ao objetivo deste estudo, é exatamente aí que o ser humano extrai o seu sustento e sua dignidade. No Brasil observa-se que grande parte das pessoas trabalham em empregos informais, conhecido com trabalho autônomo, chegando esse número no passado próximo da metade dos trabalhadores, caindo atualmente, mais ainda muito alto, enquanto nos países analisados este número historicamente é baixo, deixando quase a totalidade da mão de obra do país com a garantia de um emprego assalariado.

Conforme os gráficos, embora tem caído, ainda é muito maior que nos países analisados. Diante desses dados, pode se inferir que o investimento em educação deve ser para trazer mais qualidade nesse ensino, já que em qualidade de ensino o Brasil está bem abaixo da média mundial, ficando entre os oito piores países no ranking do PISA (2015) de aprendizado de jovens na área de ciências, atrás de países como Trinidad e Tobago, Costa Rica, Qatar, Colômbia e Indonésia. O país ficou na 63ª posição entre as 70 nações avaliadas nessa disciplina em 2015, de acordo com o relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2018).

## 5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Neste trabalho foi analisado os dados acerca da criminalidade, mais especificamente os dados referentes a reincidência criminal no Brasil. Estes dados foram cruzados com indicadores sociais, em busca de alguma relação que corrobore com a relação entre escolaridade e reincidência criminal.

Após analisados os dados e verificadas as interações da literatura acadêmica, é possível concluir que ao se aumentar o grau de escolaridade da população haverá uma redução na reincidência criminal no país. Tais conclusões estão alinhadas ao trabalho do Ipea (2015), o qual chega à conclusão que para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de assassinatos nos municípios.

A educação é o caminho para se chegar a uma sociedade mais igualitária, onde todos possam ter acesso a uma vida digna, com atendimento médico de qualidade, uma política de mobilidade urbana eficiente e principalmente, a melhora no bem-estar que proporcionará melhores condições para o convívio com a família e acesso a lazer.

Estas realidades, podem ser percebidas em países com os menores índices de violência do mundo. Isso permite verificar que a miséria, a desigualdade e a vulnerabilidade social afetam o indivíduo e podem ser uma influência positiva o ingresso no mundo do crime.

Desta forma, não adianta simplesmente a repreensão por parte do Estado, ainda mais como vivido no Brasil, onde, em troca de garantias infinitas vindas do constituinte, a justiça muitas vezes deixa de ser feita, com não raras as vezes que o direito de punir do Estado chega a prescrever, e o criminoso nem sequer paga pelo crime, deixando a sociedade com uma sensação de impunidade, e o delinquente com a certeza de que nada lhe acontecerá em repreensão ao crime, servindo quase como um incentivo a esta prática. Desta forma, é preciso repreensão, mas com eficiência.

No entanto, simplesmente repreender, por melhor que seja o sistema, seria como enxugar gelo, uma vez que a população carcerária somente cresce dia após dia, enquanto não houver uma qualidade de vida que desestime o cidadão a se delinquir.

Por outro lado, investimentos maciços em educação, sem que haja qualidade no ensino, não seria suficiente para mudar a péssima distribuição de renda vivida pelo nosso país. Tão pouco sem educação as coisas possam mudar. Esta pesquisa demonstrou que a educação pode pavimentar um futuro melhor, mas a longo prazo, só mostrando realmente resultados em vinte ou trinta anos.

Então, como solução ideal seria um conjunto de políticas públicas que permitam garantir que as próximas gerações recebam um ensino melhor e mais acessível, ao mesmo

tempo em que equilibre a balança da desigualdade social, de forma a garantir o mínimo de dignidade ao cidadão, e em primeiro momento, punir aqueles que se desviam do caminho da boa convivência social.

Um caminho para políticas públicas de inclusão, que não foi demonstrado aqui por fugir ao escopo desta pesquisa, seria o melhor emprego de dinheiro público alinhado com uma forma mais eficiente de se tributar. Fato comum entre os países pesquisados, é a maior fatia de arrecadação de impostos serem provenientes de imposto de renda, tributando assim aqueles que podem mais, e isentando aqueles que pouco ou nada podem pagar. Da mesma forma, aqueles itens que são cruciais a uma vida digna, como alimentação, vestuário, educação, saúde e transporte, são praticamente isentos de impostos, permitindo o acesso de forma universal, quando não são públicos por completo, como o acesso a saúde nos países europeus como um todo e não somente os pesquisados.

Infelizmente, governos populistas preferem distribuir dinheiro para a poluição, como forma de se perpetuarem no poder, ainda que retirem o valor dado nos impostos cobrados sobre aquilo que é mais simples e necessário, como uma simples refeição. Desta forma, acaba por não ajudar em nada a distribuição de renda, e desviando a atenção da população dos reais problemas enfrentados por todos.

Finalizando, deixa-se como uma forma de pelo menos diminuir a reincidência criminal, o investimento na formação profissional daquele cidadão que está privado da sua liberdade, preferencialmente através do ensino a distância, que poderia ser introduzido nos presídios brasileiros, permitindo o acesso a aulas dos melhores professores do país, diretamente dos grandes centros, economizando assim dinheiro público e garantindo um norte para o cidadão que deixa a detenção. Poderia ser esse o tema de uma próxima pesquisa

## REFERÊNCIA

ABRAHÃO, J. (2005). Financiamento e gasto público da educação básica no Brasil e comparações com alguns países da OCDE e América Latina. **Revista Educação e Sociedade**, 26(92), 841–858.

ADORNO, Sérgio e BORDINI, Eliana B. T. (1989), "Reincidência e Reincidentes Penitenciários em São Paulo: 1974-1985". **Revista Brasileira de Ciência Sociais**, vol. 3, no 9, pp. 70-94.

ADORNO, Theodor W. Teoria da semicultura. **Educação e Sociedade**, ano 17, n. 56, p. 24-56, set./dez. 1996.

ADORNO, Theodor W. Liderança democrática e manipulação de massas. Acesso em: jul, 2016.

Banco Mundial, **RELATÓRIO ANUAL 2018**, Brasília, 2018. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/30326/211296PT.pdf>>. Acesso em 03/04/2019.

BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. **Lisboa: edições**, v. 70, p. 225, 1977.

BRASIL. Decreto nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del2848compilado.htm)>. Acesso em: 12 de abril de 2019.

CALIXTO, Manuel Carlos. **Dar emprego a presos é essencial para reduzir a reincidência no crime**. 2011. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/06/28/eua-tem-mais-negros-na-prisao-hoje-do-que-escravos-no-seculo-xix>>. Acesso em 09/12/2018.

CAPDEVILA, Manel; FERRER, Marta. Taxa de reincidência penitenciária 2008. **Recuperado el**, v. 17, 2009.

CARVALHO ROSA, Marcos Antônio et al. A questão da escolaridade dos adolescentes no município de Anápolis. In: **Congresso Interdisciplinar**-ISSN: 2595-7732. 2017.

**Caso João Hélio**. 2007. Disponível em: <<http://memoriaglobo.globo.com/mobile/programas/jornalismo/coberturas/caso-joao-helio/caso-joao-helio-a-historia.htm>>. Acesso em 09/12/2018.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo Leandro. O efeito das oportunidades no mercado de trabalho sobre as taxas de homicídios no Brasil. **Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia**, Florianópolis, 2016.

DA SILVA, Geélison Ferreira. Considerações sobre criminalidade: marginalização, medo e mitos no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**. mar./2011, p. 91-102. 2011.

DE MOURA, Rodrigo Leandro; BARBOSA FILHO, F. de H. Determinantes da redução da informalidade do emprego no Brasil entre 2002 e 2012: Características socioeconômicas, setoriais e institucionais. **Anais do**, v. 42, 2014.

FBSP, **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15\\_overview\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf)>. Acesso em 03/04/2019.

FBSP, **Anuário Brasileiro de Segurança Pública – Edição Especial 2018: Análises dos Estados e Facções Prisionais**, São Paulo, 2018. Disponível em: <[http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP\\_ABSP\\_edicao\\_especial\\_estados\\_faccoes\\_2018.pdf](http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/09/FBSP_ABSP_edicao_especial_estados_faccoes_2018.pdf)>. Acesso em 03/04/2019.

FONSECA, Vania; MARQUES, Verônica Teixeira; JÚNIOR, Gabriel Ribeiro Nogueira. Ambiente e violência em Sergipe. Homicídios e características do ambiente social nos municípios sergipanos. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 8, n. 2, p. 6-17, 2014.

FREITAS, Oracilda; RAMIRES, Julio Cesar. Políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade envolvendo jovens. Uberlândia. **Caminhos de Geografia**. v. 12, n. 37 mar. 2011, p. 142 – 161.

FORATO, Monique Maria; BELUCO, Adriana Rocha. O transtorno de personalidade antissocial e sua relação com a reincidência criminal. **Revista Uningá**, 56(S1), 1-9. 2019.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

IBGE, **Censo 2010**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:<<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em 03/04/2019.

IBGE, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>>. Acesso em 03/04/2019.

INEP, **Brasil no PISA 2015**, Brasília, 2015. Disponível em: <[http://download.inep.gov.br/acoes\\_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015\\_completo\\_final\\_baixa.pdf](http://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/pisa/resultados/2015/pisa2015_completo_final_baixa.pdf)>. Acesso em 03/04/2019.

Ipea, **Reincidência Criminal no Brasil**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/07/572bba385357003379ffeb4c9aa1f0d9.pdf>>. Acesso em 03/04/2019.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da prisão?. **Cadernos Cedes**, v. 36, n. 98, 2016.

LOMBROSO, Cesare. O homem delinquente. São Paulo: Ícone, v. 80, 2007.

MARIÑO, Juan Mario Fandiño. Análise comparativa dos efeitos da base socioeconômica, dos tipos de crime e das condições de prisão na reincidência criminal. In: **Sociologias, Porto Alegre**, ano 4, n.8, jul/dez 2002, p. 220-244.

MATHIAS, João Carlos Sproesser. A Polícia Militar e as Políticas Públicas Municipais na Prevenção Criminal. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP**, Marília, v. 5, n. 5, p. 24-36, 2010.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria" bandido". **Lua Nova**, n. 79, 2010.

MONTENEGRO, Dodô. **EUA têm mais negros na prisão hoje do que escravizados no século XIX**. 2016. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/57546-dar-emprego-a-presos-e-essencial-para-reduzir-a-reincidencia-no-crime>>. Acesso em 09/12/2018.

OCDE, **Relatórios Econômicos OCDE Brasil**, Paris, 2018. Disponível em:<<https://www.oecd.org/eco/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf>>. Acesso em 03/04/2019.

OLIVEIRA, Vânia Aparecida Rezende; TONELLI, Dany Flávio; PEREIRA, José Roberto. O problema da (in) segurança pública: refletindo acerca do papel do Estado e de possibilidades de soluções localizadas e participativas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v1, 2013.

PASTORE, José. **Trabalho para ex-infratores**. Saraiva, 2011.

PETTIT, Becky. **Invisible men: Mass incarceration and the myth of black progress**. Russell Sage Foundation, 2012.

PNUD, **Relatório do Desenvolvimento Humano 2015**, São Paulo, 2015. Disponível em: <[http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15\\_overview\\_pt.pdf](http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr15_overview_pt.pdf)>. Acesso em 03/04/2019.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006.

RUDNICKI, Dani; SCHÄFER, Gilberto; SILVA, Joana Coelho. As máculas da prisão: estigma e discriminação das agentes penitenciárias. **Revista Direito GV**, v. 13, n. 2, p. 608-627, 2017.

SAPORI, Luis Flávio; SANTOS, Roberta Fernandes; MAAS, Lucas Wan Der. Fatores sociais determinantes da reincidência criminal no Brasil: o caso de minas gerais. **Revista brasileira de ciências sociais**. São Paulo , v. 32, n. 94, e329409, 2017 .

SILVA, Jean Jhonny Maxwell Quixabeira da; BORBA, Geyson Alves. Reincidência criminal e sua relação com os fatores de risco. 2019.

SOARES FILHO, Marden Marques; BUENO, Paula Michele Martins Gomes. Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população prisional brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 1999-2010, 2016.

SOBRINHO, Eduardo Jorge Martins Alves; INOJOSA, Rose Marie. Gestão social nos municípios: a violência e a cultura de paz. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 2, p. 279-296, 2005.

TAVARES, Elisângela Aparecida. O aumento da criminalidade no brasil: uma relação direta com o IDH brasileiro. synthesis. **Revista Digital FAPAM**, v. 7, n. 7, p. 229-239, 2016.

UNDP, **Human Development Report 2016**, São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-2016-human-development-report-2017.pdf>>. Acesso em 03/04/2019.

XAVIER, Giseli P. de M. A formação continuada dos profissionais da educação e o desafio de pensar multiculturalmente uma escola pública de qualidade. **Reunião Anual da ANPED**, v. 31, 2008.